



Universidades Lusíada

Sousa, António Jorge Duarte Rebelo de, 1952-

Das perspectivas futuras para a economia moçambicana

<http://hdl.handle.net/11067/2315>

<https://doi.org/10.34628/ay58-qg22>

Metadata

Issue Date	2016
Abstract	Pretende-se analisar a evolução recente da economia moçambicana, bem como as condições de apoio financeiro ao desenvolvimento da actividade produtiva nesse país e os modelos e políticas alternativas a implementar no futuro. Para além de se mencionar a particularidade da adopção de um modelo de crescimento equilibrado (embora com tropismo recente para alguma crescente relevância da especialização primária), refere-se a indispensabilidade de adopção de uma abordagem CDF – Comprehensive Developmen...
Keywords	Moçambique - Condições económicas, Moçambique - Política económica
Type	article
Peer Reviewed	No
Collections	[ULL-FCEE] LEE, n. 20 (2016)

This page was automatically generated in 2024-09-07T21:00:43Z with information provided by the Repository

**DAS PERSPECTIVAS FUTURAS
PARA A ECONOMIA MOÇAMBICANA**

António Rebelo de Sousa
Universidade Lusíada de Lisboa
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (UL)

Resumo: Pretende-se analisar a evolução recente da economia moçambicana, bem como as condições de apoio financeiro ao desenvolvimento da actividade produtiva nesse país e os modelos e políticas alternativas a implementar no futuro.

Para além de se mencionar a particularidade da adopção de um modelo de crescimento equilibrado (embora com tropismo recente para alguma crescente relevância da especialização primária), refere-se a indispensabilidade de adopção de uma abordagem CDF – Comprehensive Development Framework e a importância de implementação de uma política de estabilidade cambial, tendo em conta as análises de BRANSON e de KATSELI sobre as “pegging practices”.

Palavras-chave: desenvolvimento; sustentabilidade; estabilidade cambial.

Abstract: The aim is to analyze the recent evolution of the Mozambique economy as well as the financial support conditions to the development of the productive activity in this country and the models and alternative policies to be implemented in the future.

Apart from mentioning the peculiarity of adopting a balanced growth model (although with a recent tropism for a possible primary specialization growing importance), it is crucial to refer the need of a CDF approach – Comprehensive Development Framework and the importance to implement an exchange-rate stability policy, considering BRANSON and KATSELI analysis on the “pegging practices”.

Key-words: development; sustainability; currency stability.

1. Introdução

Pretende-se analisar a evolução recente da economia moçambicana, as condições de apoio financeiro ao desenvolvimento da actividade produtiva neste país e os modelos e políticas alternativas que poderão vir a ser implementadas no futuro.

Importa, desde já, assinalar que, ao longo dos quarenta anos de independência de Moçambique, a economia cresceu a uma taxa média anual de, aproximadamente, 5%.

Foi com a obtenção da paz e com a implementação de políticas de desenvolvimento mais consistentes que as taxas de crescimento da economia do país atingiram valores da ordem dos 7% ao ano, sendo certo que a imagem externa de Moçambique conheceu uma evolução positiva, a partir dos anos 90, graças ao pragmatismo revelado pelos governantes moçambicanos com o abandono de fórmulas ultrapassadas de organização económica, com a conquista da estabilidade política e institucional, com os crescentes sinais de evolução no sentido da “good governance”, com a abertura da economia ao investimento estrangeiro e com a participação activa na Comunidade de Países de Língua Portuguesa, bem como na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e na União Africana (U.A.).

Seria lamentável que, após a evolução positiva ocorrida ao longo das últimas duas décadas, a instabilidade política e social viesse a constituir um obstáculo ao desenvolvimento económico, uma vez que Moçambique apresenta, hoje em dia, grandes potencialidades para assegurar uma transição para uma fase de desenvolvimento intermédio “a la Ranis e Fei”¹, uma vez que se constata uma taxa de crescimento demográfico conciliável com a adopção de um modelo de desenvolvimento tendencialmente sustentável, que se têm registado progressos ao nível do grau de instrução e de qualificação da mão-de-obra e que se dispõe de um vasto território com abundantes recursos naturais.

Em termos da evolução mais recentemente operada na economia moçambicana e segundo o Instituto Nacional de Estatística, o PIB de 2014 terá registado um acréscimo superior a 7%, sendo, ainda, de realçar que a Economist Intelligence Unit prevê que se continue a verificar um significativo crescimento até 2018 (pressupondo-se a existência de condições de estabilidade política e social), podendo o PIB_{pc} aumentar substancialmente em 2016, em parte graças à

¹ RANIS, G; FEL, J.C.H. - “A Theory of Economic Development”, American Economic Review, 1961.

expansão do sector extractivo.

Existem alguns obstáculos a considerar, a começar pela possibilidade de abrandamento do crescimento económico na UE e bem assim em mercados emergentes, como o da China.

No entanto, o sobredito Relatório da “Economist Intelligence Unit” aponta para uma taxa de crescimento do PIB de 7,8%, em 2016, a qual seria impulsionada pela evolução da extracção de carvão, pelo investimento em infraestruturas e pela expansão no sector dos transportes, devendo, ainda, os sectores financeiro, da indústria e das comunicações registar um forte crescimento.

Será, também, previsível que, a partir de 2016, a expansão do PIB venha a ser sustentada pela construção de novas instalações de gás natural liquefeito, muito embora a sua produção efectiva não deva começar antes de 2020.

A Formação Bruta de Capital Fixo deverá aumentar 9,5% em 2015, admitindo-se que a taxa de inflação ronde os 3,5% no mesmo ano, atingindo, todavia, os 5,7% em 2016.

No entanto, o saldo do Sector Público poderá apresentar um défice muito elevado no decurso dos próximos anos, com agravamento da dívida pública, o que deverá levar à implementação, a prazo, de políticas de maior rigor orçamental.

No que se refere ao comércio internacional, Moçambique atingiu, em 2013, um bom posicionamento, em termos relativos, alcançando a 114^a posição no “ranking” dos exportadores e a 107^a posição no “ranking” dos importadores, de acordo com os dados fornecidos pela Organização Mundial do Comércio.

Contudo, as importações cresceram 29,4%, enquanto que as exportações sofreram uma expansão de 4,9%, atingindo o défice comercial 29% do PIB, o que correspondeu a uma subida significativa em relação aos 19% do PIB verificados em 2012.

A África do Sul foi o principal fornecedor de Moçambique (32,7% das importações) e o segundo cliente (com 22,4% das exportações). O principal cliente terá sido a Holanda (graças ao que se convencionou designar de “efeito Roterdão”), sendo, ainda, de salientar que Portugal foi o 6^o maior cliente (com 2,6% das exportações) e o 6^o maior fornecedor (com 4,8% das importações).

Em termos de relações comerciais entre Portugal e Moçambique, importa, ainda, salientar que Moçambique ocupa o 19^o lugar enquanto cliente de Portugal e o 58^o lugar enquanto fornecedor, sendo, todavia, de realçar que as exportações portuguesas de bens e serviços para Moçambique têm vindo a crescer a uma taxa média anual de 28,7%, entre 2009 e 2013, enquanto que as importações conheceram, nesse mesmo período, uma taxa de crescimento média anual de 58,2%.

Em termos globais, as exportações moçambicanas têm sido essencialmente constituídas por combustíveis e pelo alumínio, enquanto que os produtos mais importados têm consistido nos combustíveis e óleos minerais, nos instrumentos de óptica, medida e controle, nas máquinas e aparelhos mecânicos, nos veículos automóveis e no equipamento eléctrico e electrónico.

No que concerne ao comércio bilateral Portugal – Moçambique, as principais exportações portuguesas têm consistido nas máquinas e aparelhos, metais comuns, veículos e outro material de transporte e produtos alimentares enquanto que as exportações moçambicanas têm vindo a consistir em produtos alimentares, produtos agrícolas e outros produtos (como o tabaco).

O perfil do comércio externo moçambicano aponta, em larga medida, para um modelo de especialização primária em transição para a industrialização, “a la Hollis Chenery”², o que conflitua com uma análise mais detalhada do peso dos diferentes sectores produtivos no PIB, a qual nos permite concluir que o modelo de desenvolvimento moçambicano se aproxima mais de um modelo equilibrado, com algumas semelhanças com o Marroquino.

Se é verdade que Portugal se situou no 3º lugar no “ranking” dos maiores investidores estrangeiros em Moçambique, em 2013, a seguir à África do Sul e à China, manda, também, a verdade reconhecer que passou para a 4ª posição, em 2014, a seguir aos Emirados Árabes Unidos, às Maurícias e à África do Sul.

Mas, as empresas portuguesas geraram 27 postos de trabalho por cada milhão de US DIs investido, valor este acima da média dos restantes países (a qual foi de 16 trabalhadores por cada milhão de US DIs investido).

Importa salientar que, hoje em dia, Moçambique satisfaz, praticamente, todos os requisitos necessários à implementação de uma abordagem CDF – Comprehensive Development Framework (ou, dito de outro modo, Abordagem Abrangente do Desenvolvimento)³.

Constituem requisitos necessários à implementação de uma abordagem CDF por parte dos organismos de cooperação internacionais e das IFI’s – Instituições Financeiras Internacionais, a constatação de uma melhoria assinalável da “Good Governance”, a evolução no sentido de um Sistema Judicial forte e independente, um Sistema Financeiro tendencialmente robusto (no quadro da economia africana), a construção de infraestruturas adequadas de enquadramento, a aposta na educação e na saúde e a gradual afirmação de políticas de defesa do ambiente.

Deste modo, não é de estranhar que exista um crescente tropismo para a expansão do investimento estrangeiro em Moçambique, sendo de salientar que os sectores económicos que, ultimamente, têm sido objecto de maiores níveis de IDE são os da indústria, da agricultura, da agro-indústria, do turismo e, muito em particular, da hotelaria.

Sendo certo que a maioria dos investidores continua a privilegiar a Província de Maputo, manda a verdade reconhecer que as províncias de Cabo Delgado, Nampula e Sofala têm, também, vindo a beneficiar do crescente interesse de empresários estrangeiros.

No Relatório “Doing Business”, elaborado pelo Banco Mundial, em 2015, abrangendo 189 países, no qual se procura analisar as condições de prática de

² CHENERY, Hollis – “Structural Change and Development Policy”, Oxford University Press, 1979.

³ SOUSA, António Rebelo de – “Da Teoria da Relatividade Económica Aplicada à Economia Internacional e às Políticas de Cooperação”, Universidade Lusíada Editora, 2004.

negócios, Moçambique aparece, em termos globais, em 127º lugar, sendo de realçar que se registaram melhorias em sectores como os de registo de propriedade (com uma subida de 24 posições), na obtenção de crédito (salto de 47 lugares) e no fecho de actividade (com passagem da 153ª posição para a 107ª posição)⁴.

De acordo com as previsões da Moody's, o acréscimo do PIB, em 2015, será de 6,5% e, em 2016, de 7,5%, constituindo sectores motores do crescimento económico os da construção, serviços às empresas, transportes e comunicações e indústrias extractivas, para além do próprio sector financeiro.

Convirá, também, realçar não apenas a importância do CPI (Centro de Promoção de Investimentos) como também do GAZEDA (Gabinete das Zonas Económicas de Desenvolvimento Acelerado).

Enquanto o CPI é a agência do Governo moçambicano que tem como objectivo promover, analisar e acompanhar os projectos de investimento directo no País (com excepção dos que estão instalados nas Zonas Económicas Especiais e em Zonas Francas Industriais), o GAZEDA é a entidade responsável pela promoção e coordenação de acções relacionadas com a criação de Zonas Económicas Especiais (ZEE's), incluindo as Zonas Francas Industriais (ZFI's), contando, actualmente, com a ZEE de Nacala, com a ZEE de Manga-Mungassa e com a ZEE de Mocuba, às quais se juntam mais três Zonas Francas Industriais e a Zona de Estância de Turismo Integrado de Crusse e Jamali.

Para além de incentivos fiscais diversos, os empresários contam com algumas garantias no que concerne à protecção jurídica de propriedade e direitos, transferência de dividendos para o exterior, isenção de imposições nas exportações de mercadorias, acesso livre ao mercado americano e ao mercado asiático e acesso preferencial ao mercado europeu.

2. Dos instrumentos de apoio financeiro ao investimento

Mas, mais do que a criação de regiões especiais, afigura-se relevante conhecer os instrumentos de apoio financeiro ao investimento em Moçambique, procurando-se, simultaneamente, definir um modelo de desenvolvimento consistente, com sintonização de sectores estratégicos.

Existem Fundos Europeus para a Cooperação para o Desenvolvimento que são, hoje em dia, canalizados para a economia moçambicana de acordo com uma perspectiva de Programa Integrado de Ajuda e não segundo uma mera perspectiva de Ajuda – Projecto (o que, aliás, se articula com a abordagem CDF).

A U.E. continua a ser o principal contribuinte externo para o desenvolvimento de Moçambique, sendo certo que a base da compreensão desta política de cooperação é o Programa Indicativo Plurianual, procurando-se dar prioridade à reforma da gestão das finanças públicas, à consolidação da democracia, à

⁴ Doing Business Report – W.B., 2015.

melhoria das condições de nutrição e à competitividade rural.

Neste domínio, os instrumentos financeiros fundamentais são o FED (Fundo Europeu de Desenvolvimento), o ICD (Instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento) e o BEI (Banco Europeu de Investimento).

Mas, existem, também, as EDFI's (European Development Financial Institutions), isto é, os quinze bancos de desenvolvimento europeus, entre os quais o Banco de Desenvolvimento português, a saber, a SOFID - Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, os quais podem cooperar entre si no apoio a projectos de internacionalização de empresas europeias em África.

No caso concreto da SOFID, vários instrumentos podem ser utilizados, desde a concessão de empréstimos, à emissão de garantias, passando por operações de capital de risco (e, inclusive, pelo aconselhamento em matérias de políticas de investimento e de modelos de desenvolvimento).

Muito em particular, a SOFID é responsável pela gestão do Fundo Português de Apoio ao Investimento em Moçambique (INVESTIMOZ), o qual foi constituído com um capital inicial correspondente ao contra valor em euros de 124 milhões de US dólares, tendo como objectivo fundamental participar no financiamento de projectos de investimento em Moçambique a efectivar através de parcerias luso-moçambicanas, desde que se verifiquem os seguintes requisitos:

- promoção de uma adequada partilha de risco e transferência de "know-how";
- garantia de compatibilidade com as prioridades da política de cooperação financeira para o desenvolvimento do Estado Português;
- prioridade à sua inserção em sectores económicos estruturantes;
- respeito pelos critérios de sustentabilidade e de eficiência económica, financeira e ambiental.

As principais modalidades de intervenção do INVESTIMOZ são a tomada de participações sociais, a participação em contrato de consórcio ou noutras formas de parceria e o financiamento de participações sociais, sendo, ainda, de salientar que, quanto à elegibilidade das sociedades para efeitos de participação do Fundo no respectivo capital social, importa que as mesmas tenham sede em Moçambique e verifiquem, cumulativamente, duas condições, a saber:

- participação de capitais portugueses em percentagem superior a 33%;
- participação de capitais portugueses e moçambicanos que, no seu conjunto, representem mais do 51% do capital social.

Mas, existe um outro instrumento de relevância para o desenvolvimento da economia moçambicana: o Africa Infrastructure Trust Fund ou Fundo União Europeia - África para as Infraestruturas, o qual tem como objectivo apoiar projectos estruturantes que promovam o desenvolvimento transfronteiriço ou que produzam impacto regional na África Sub-Sahariana. De acordo com a evolução recentemente operada, passou a ser possível apoiar projectos de

âmbito nacional, admitindo-se que o ITF dê prioridade a projectos energéticos, havendo, ainda, outros sectores elegíveis como, por exemplo, o dos transportes (ferroviário, rodoviário, aéreo e marítimo), da água e do saneamento básico, bem como o das telecomunicações e tecnologias de informação.

As subvenções concedidas pelo Fundo podem assumir diferentes formas, desde bonificação aos juros de empréstimos a médio e longo prazos à assistência técnica, passando por subsídios directos às componentes social e ambiental do projecto.

A SOFID está associada ao ITF - Africa Infrastructure Trust Fund, desempenhando um papel crucial neste domínio.

Por outro lado, a SOFID é, como se disse, o Banco de Desenvolvimento português que tem como objecto o apoio à internacionalização das empresas portuguesas, sendo a entidade mediadora junto das EDFI's, dos organismos de cooperação multilateral e, em geral, das IFI's para a obtenção de "funding".

Mas, para além disso, é a entidade interlocutora da Comissão Europeia no que se refere ao "blending", sendo certo que, de acordo com a "EU Platform for Blending in External Cooperation (EUBEC)", estão previstos apoios às empresas europeias que pretendam internacionalizar-se para África da ordem de um bilião de euros, no período compreendido entre 2014 e 2020.

O "blending" - implicando combinação de fundos da U.E. e de outras proveniências - pode vir a constituir um importante instrumento de desenvolvimento dos países africanos.

3. Reflexões finais

Sintetizando, importa reconhecer que Moçambique tem, em termos globais, evoluído no bom sentido, optando por um modelo de crescimento, relativamente, equilibrado, conhecendo um ritmo razoável de crescimento económico, sem, todavia, se caminhar para uma excessiva assimetria sectorial e regional.

Conviria, todavia, que se procedesse a uma melhor utilização dos instrumentos existentes de apoio ao desenvolvimento, valorizando-se o papel das EDFI's (e, em particular, da SOFID) e procedendo-se a uma adequada mobilização de recursos associados ao ITF e ao "blending", em articulação com os bancos de desenvolvimento europeus.

Para tal, talvez se apresentasse útil a elaboração de um novo Plano de Ordenamento do Território Moçambicano (que comportasse um modelo consistente de regionalização), bem como de Planos de Desenvolvimento Regionais e de um Plano de Desenvolvimento Nacional Plurianual, permitindo a sintonização dos sectores tidos como estratégicos e a selecção de medidas de incentivo ao investimento reprodutivo.

Finalmente, o rompimento do círculo vicioso da pobreza implicará sempre a adopção de políticas de estabilização macroeconómica que contribuam para uma

tendencial estabilidade cambial, o que deverá passar pela futura implementação de um “peg” a uma moeda forte, criando-se, a prazo, as condições propiciadoras de uma efectiva convertibilidade da moeda.

Existem boas condições para uma intensificação das relações de cooperação entre Portugal e Moçambique, dadas as proximidades cultural e psicológica existentes.

Nunca como agora se apresentou possível intensificar as nossas relações, a vários níveis, como Países Irmãos que somos.

Luis de Camões dizia⁵:

“E por ser necessária procuramos
Como próprios da terra, de habitá-la
E por tudo, enfim, vos notifique
Chama-se a pequena ilha Moçambique”

Pois é essa pequena ilha, transformada em grande País, que constitui, hoje em dia, motivo de orgulho para todos aqueles que pertencem à Comunidade Lusófona.

Nós, portugueses, sem abdicarmos dos nossos princípios e dos nossos valores, estaremos sempre com Moçambique e com os moçambicanos na defesa da implementação de modelos que possibilitem, na medida do possível, a maximização do bem-estar, que o mesmo é dizer, da felicidade colectiva.

4. Bibliografia

- Directório da Câmara do Comércio Portugal – Moçambique, “Análise Económica – Moçambique resiliente”, Revista Moçambique, pags 28 a 34, nº 16, 2015.
Banco Mundial, “Doing Business”, 2015.
CHENERY, Hollis, “Structural Change and Development Policy”, Oxford University Press, 1979.
RANIS, G e FEI, J.C.H., “A Theory of economic development”, American Economic Review, St, 1961.
Análise mensal do BPI de 12 de Out. de 2015.
Avaliação do FMI de Agosto de 2015.
Relatório Anual do Banco Central de Moçambique de 2012.
Relatório Anual do Banco Central de Moçambique de 2013.
Análise de Conjuntura – Relatório Anual do Millennium BIM de 2012.
Análise de Conjuntura – Relatório Anual do Millennium BIM de 2013.

⁵ CAMÕES, Luis de – “Os Lusíadas”, Canto I,